

GEOGRAFIA E AS ESCALAS DE PODER: UMA ANÁLISE SOBRE OS GRUPOS POLÍTICOS NA CIDADE DE IRATI – PR

Geography and the scales of power: an analysis of the political groups in the city of Irati – PR

Emerson Rigoni¹
Márcia da Silva²

¹**Universidade Estadual de Ponta Grossa**
Aluno do programa de mestrado em Geografia
emerigoni@gmail.com

²**Universidade Estadual de Ponta Grossa**
Professora Orientadora da Universidade Estadual do Centro Oeste.
smarcias@superig.com.br

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo aprofundar o estudo entre as relações em torno da questão do poder político local, partindo da premissa de que o mesmo é reflexo das ações político-partidárias e do poder local, bem como compreender como ocorreram os conflitos e acordos entre a elite política da cidade de Irati - PR, no espaço que compreende o ano de 1988 até 2008, períodos eleitorais, marcados pela efervescência nas relações do poder local. Esse recorte temporal justifica-se também pelas transformações ocorridas na história política local e nas demais escalas. Para tal, serão nesse breve ensaio discutidos os conceitos de poder local e de poder político local bem como a importância da análise política na ciência geográfica e a apresentação de alguns dados, objetivando fortalecer a base conceitual a ser utilizada no aprofundamento futuro dessa pesquisa.

Palavras-chave: Poder local. Poder político local. História política.

ABSTRACT

This article aims to deepen the study of the relationships around the issue of local political power on the premise that it is a reflection of partisan political actions and local power, as well as to understand how the conflicts and agreements happened in the political elite in Irati – PR, between 1988 and 2008, election periods, marked by the effervescence in the relations of local power. This time frame is also justified by the changes occurred in the history of local politics and other scales. For this, it will be discussed in this brief essay the concepts of local power and local political power and also the importance of political analysis in geographical science. It will also be presented some preliminary data, aiming to strengthen the conceptual basis to be used for further development of this research.

Key-words: Local power. Local political power. Political History.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca compreender as relações de poder no município de Irati, levando em consideração as relações de conflitos e acordos que envolvem a elite iratiense, identificando os grupos¹ político-econômico, tanto em escala local como na

inserção desses grupos nas esferas de poder e geográficas.

Como especificidade, ambiciona-se entender a relação político-econômico dos grupos para a formação político-partidária do município de Irati-PR; expor as relações da política ao longo da história, dando ênfase a momentos/fatos mais relevantes, analisando os

grupos políticos bem como os partidos e coligações aos quais fizeram/fazem parte com a finalidade de entender o “jogo de interesses” que se cria a partir de relações de conflitos.

Neste contexto, pretende-se intensificar o debate na troca de partidos, na formação e desagregação dos grupos políticos é a participação dos grupos econômicos, bem como identificar as iniciativas desenvolvidas e a atuação dos governos locais para inserção nacional por meio da cooperação em estratégias de desenvolvimento local-regional.

Assim sendo, esse trabalho inicialmente discutirá a importância da pesquisa política na Geografia, seguido dos conceitos de poder local e de poder político local. Serão apresentados os dados preliminares sobre o desenvolvimento histórico da política iratiense bem como os integrantes dos grupos políticos-partidários.

O recorte temporal escolhido limita-se aos anos de 1988 a 2008. Essa escolha justifica-se pelas transformações ocorridas na política mundial com a reconfiguração territorial apresentada pelas questões geopolíticas e pelas recomposições do espectro político. Considera-se também que foi em 1988 que os municípios começaram a ter maior autonomia pela nova constituição e as transformações políticas ocorridas no local, nesse caso o município, como consequência desses eventos. Sobre esse período, bem como a pertinência dessa análise voltada à ciência geográfica. Castro (2005, p. 16) afirma que “nas últimas décadas do século XX, fenômenos importantes e aparentemente contraditórios continuam colocando o fato político em destaque na agenda da geografia”.

Como exemplos desses importantes acontecimentos destacam-se:

Fenômenos como a globalização e a revalorização do local, o enfraquecimento do Estado-nação e o ressurgimento dos nacionalismos, o aumento da circulação internacional de mercadorias e de mão-de-obra e o maior controle das fronteiras, o esmaecimento das regiões e o renascimento dos regionalismos, a expansão da democracia e a intensificação da pobreza, o fortalecimento dos movimentos sociais e dos direitos da cidadania e a ampliação da exclusão [...] (CASTRO, 2005, p. 16).

Partindo desta ideia, busca-se entender as ações do poder local bem como suas interferências no poder político nesse período no município de Irati, objetivando desvendar os motivos que levaram determinados grupos políticos a se fragmentarem em determinados momentos e aglutinarem em outros, apesar de ser esta uma prática comum na política partidária brasileira partindo do princípio que o momento e os interesses unem ou dilaceram determinados grupos.

2 A DISCUSSÃO DA POLÍTICA NA GEOGRAFIA E SUA RELAÇÃO COM O PODER LOCAL E O PODER POLÍTICO LOCAL

O significado clássico do termo política se expandiu pela obra de Aristóteles, em especial “A Política”, em que “pulsa o gênio aristotélico da apreensão global de uma realidade” (HENRIQUES, 2007, p. 11). Ele é derivado do adjetivo *polis* (*politikós*) que significa todos e que se refere à cidade, o que é civil, público que é considerado como funções e divisão do Estado e sobre as várias formas de governo (BOBBIO et al, 2008). Ainda, o autor, descreve que “o termo política foi usado durante séculos para designar principalmente obras dedicadas ao estudo daquela esfera de atividades humanas que se refere de algum modo às coisas do Estado” (2008, p. 954).

Na concepção moderna, o termo perde seu significado original e é substituído por outras expressões como “ciência do Estado”, “ciência política”, “doutrina do Estado” que de uma forma ou de outra, passa a ser utilizada para indicar um conjunto de atividades que tem como referência o Estado (BOBBIO, 2008) e que “o conceito de política quando entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder” (2008, p. 954).

De acordo com Santos (2008, p. 67): “a política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto. Ela apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo. Quem não tem visão de conjunto não chega a ser político”. A partir desta

abordagem, a de “conjunto” e a “de todos e de tudo”, tem origem aqui a proposta de realizar uma análise política, na escala local, mas com inserção em outras escalas a partir do poder político, como forma de contribuir para a “reencantar da política na geografia” (CASTRO, 2005, p. 11). O objetivo, no entanto, fundamenta-se na análise e compreensão das relações de poder político em Irati-PR, a partir da identificação de grupos político-econômicos e dos conflitos e alianças existentes entre os mesmos, tanto em escala local como na inserção desses grupos em outras escalas.

Estudar a política na Geografia tem como ponto fundamental tentar compreender:

[...] como a política, no seu sentido institucional e operacional, invadiu as mais diferentes dimensões do mundo contemporâneo e nos coloca diante da necessidade de estudar como a geografia é informada pela política (CASTRO, 2005, p. 12).

Outro momento a ser destacado que justifica o estudo da política pela Geografia é proporcionado pela amplitude temática pertinente a esta ciência que, segundo Castro (2005, p. 15): “entre os temas (...) privilegiados, tem sido recorrente o problema das relações entre a política e o território”. Esse fato ocorre em razão da Geografia, enquanto ciência e enquanto disciplina acadêmica ter se colocado diante da tarefa de compreender a produção, a organização e a diferenciação do espaço, portanto, das relações de poder que permitem ou não determinadas imersões no espaço. Assim, afirma ainda Castro (2005, p. 96) que “o poder que emerge dos interesses e conflitos no território tornaram-se uma noção central em Geografia Política e tem ajudado a compreender melhor os processos que presidem a organização do espaço”.

Observa-se que para os estudos políticos vinculados à Geografia faz-se importante sua relação com o poder e deste com o território. O trinômio política-poder-território terá, neste trabalho, papel fundamental, sendo importante, para isso, conceituá-los. Partindo-se do conceito de

poder, que de acordo com Raffestin (1993, p. 52), “está em todo lugar”, a abordagem será realizada pelo seguinte raciocínio conceitual: poder local e o poder político local.

O conceito de poder perpassa ampla possibilidade de estudos, dentre eles, não raros, estão aqueles que se apresentam em diferentes escalas como, por exemplo: poder militar, poder constituído (legislativo, executivo e judiciário), poder eclesiástico (das Igrejas), poder econômico, poder público, poder paralelo (do crime, das milícias), etc.

Assim sendo, entende-se que o poder é exercido por inumeráveis atores/grupos e não se define apenas como um instrumento de coerção. O poder não existe por si só, mas está presente nas relações, não sendo “definido pelos seus meios, mas quando se dá a relação no interior da qual ele surgiu” e que “visa o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas” (RAFESTTIN, 1993, p. 58).

Sobre sua forma, “o poder se manifesta por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam” (RAFESTTIN, 1993, p. 53).

Por definição, segundo Bobbio (2008), o poder, em seu significado mais geral, designa a capacidade de agir e produzir efeitos tanto em indivíduos ou grupos (humanos ou objetos). Neste contexto:

Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem (BOBBIO, 2008, p. 933).

Para esse autor, “quando a capacidade de determinar o comportamento dos outros é posta em ato, o poder se transforma, passando da simples possibilidade à ação” (2008, p. 934). E, ainda, o distingue como simples possibilidade (Poder potencial) do efetivamente exercido (Poder atual), em que o potencial é a capacidade de determinar o comportamento dos outros enquanto o atual é uma relação entre comportamentos.

Castro (2005, p. 97) afirma que:

[...] o poder é, na realidade, relacional, não deve ser confundido com influência e incorpora a capacidade de estabelecer sanções. [...] o poder é considerado como manifestação de uma possibilidade de dispor de um instrumento para se chegar a um fim.

A mesma autora (2005, p. 101), buscando desvelar esse tema, fragmenta-o em três formas elementares de poder em que “estas surgem nas suas manifestações e podem ser diferenciadas pelas sanções ou instrumentos mobilizados para exercê-lo”.

Para Castro (2005), a primeira forma de poder é o despótico em que o instrumento do poder é a dominação, a coerção pela força e a violência é potência do poder. A segunda forma baseia-se na autoridade que é exercido como concessão que o torna legítimo pela aceitação e pelo reconhecimento dos que se submetem. A terceira forma, o que mais interessa para essa pesquisa, é o poder político (que se realiza no consentimento), em que o mesmo “compreende, em sentido amplo, tanta a possibilidade de coerção, típica do poder despótico, quanto à autoridade, de fundamento legal” (CASTRO, 2005, p. 104).

O conceito de poder local, no Brasil, é compreendido como “esfera municipal” (DANIEL, 1988, p. 26). Para a pesquisa, no entanto, o município será considerado apenas como *locus* de observação da realidade, não sendo o mesmo compreendido como simplesmente localizável, demarcado pelos limites que separam um município do outro.

Concorda-se, então, com Fischer (1992, p. 106) que o poder local é socialmente construído e “alude-se ao conjunto de redes sociais que se articulam e se superpõem, com relações de cooperação e conflito, em torno de interesses, recursos e valores, em um espaço cujo contorno é definido pela configuração desse conjunto”.

A importância da escolha do município como arcabouço de análise, justifica-se pela relevância que o mesmo vem adquirindo como recorte federativo detentor de autonomia e de responsabilidade institucional, por meio da instância do poder público municipal, mas

também por ser o local aonde os atores políticos efetivamente se relacionam e, com isso, “produzem e reproduzem” poder.

Fischer (1991, p. 86) defende a pesquisa do local expondo que:

Na América Latina, os estudos sobre o poder local refletem a revalorização de espaços territorializados (regiões, áreas metropolitanas, municípios, bairros e distritos) que recobram progressivamente sua identidade no curso dos processos de redemocratização que, a seu modo, diversos países da América Latina empreenderam a partir da década de 70.

Vainer (2002, p. 17), ao avaliar a importância do poder local, conclui que “o governo local teria a extraordinária capacidade de cumprir de maneira vantajosa as tradicionais funções que sempre foram as dos estados nações”, com importante papel no contexto administrativo nacional e internacional.

O questionamento a que todos se colocam a partir disso é o de avaliar se o poder econômico local é um determinante para o poder político local ou vice-versa. Segundo Daniel (1988, p. 29):

O poder econômico local é constituído, repita-se, fundamentalmente por aqueles setores capitalistas que contratam junto ao governo local obras e serviços, ou que dependem diretamente das regulamentações levadas a efeito pelo poder político municipal. Tal circunstância independe, inclusive, de a sede dessas empresas estarem instaladas no município.

Nesse sentido, participam desse segmento “empresas responsáveis pelo parcelamento do solo urbano, pela produção do ambiente construído ou aquelas cuja instalação ou ampliação dependam das normas de uso e ocupação do solo” (DANIEL, 1988, p. 29).

Outro elemento importante na discussão sobre o poder local é o poder social local representado tanto pelas elites locais quanto pelos movimentos sociais. Ao tratar das elites, Daniel (1988, p. 30) afirma que:

As elites locais são porta-vozes de uma primeira modalidade de poder social. Elas consistem em

agrupamentos sociais que se representam como portadores da tradição local e do esclarecimento, razão pela qual se percebem como responsáveis pela condução do município e pelo seu futuro.

Nessa mesma óptica, o autor (1988, p. 30) afirma que “as elites se erigem como poder social, no sentido de influir em decisões municipais, tendo como base material um conjunto de instituições próprias”.

Por Teoria das Elites “se entende a teoria segundo a qual, em toda sociedade existe, sempre e apenas, uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada” (BOBBIO, 2008, p. 385).

Com relação ao poder local expresso nos movimentos sociais, este é representado pelos sindicatos, associações, dentre outros que, em princípio, não serão objetos dessa pesquisa. É o “pluralismo” que propõe como sociedade modelo aquela composta de vários grupos ou centros de poder, mesmo em conflito entre si, aos quais é atribuída a função de limitar e controlar ou eliminar o centro de poder dominante identificado com o Estado (BOBBIO, 2008).

Uma das abordagens sobre o pluralismo é expressa no projeto socialista que em sua mais significativa corrente elaborou uma teoria (Estado pluralista) definida como uma tentativa de combinação da verdade do marxismo com o sindicalismo, no democrático, de gênese americana, se opõe ao elitismo, mas o admite e expõe a concorrência entre as elites em que nenhuma poderia possuir soberania absoluta, mas dividida entre os demais centros. Outra abordagem é a cristão-social, de forma organicista, que legitima os vários grupos que se colocam hierarquicamente recebendo cada um a própria dignidade da função que desenvolve segundo o grau dentro de um todo (BOBBIO, 2008). O pluralismo se apresenta enquanto teoria e como ideologia em que a primeira busca explicar o conjunto global dos fenômenos e a segunda se coloca como proposta de ação prática.

Dessa forma, “os valores elaborados e transmitidos no interior dos movimentos sociais demarcam certas culturas políticas,

responsáveis por modos próprios de relacionamento com o poder político” (DANIEL, 1988, p. 31).

Dowbor (1999, p. 11) conclui que “a questão do poder local está rapidamente emergindo para tornar-se uma das questões fundamentais de nossa organização como sociedade”.

Em relação ao poder político local, Daniel (1988, p. 33) expõe que este “é exercido, respectivamente, nas instituições do governo, da Câmara e do aparelho administrativo municipais”. Além disso, o poder é resultado “de um processo sobre o qual os poderes econômico e social buscam exercer sua influência”.

O autor afirma, ainda, que o poder político local é “fruto da conjunção dos poderes executivo, legislativo e administrativo”. E que para se entender a sua lógica “é preciso caracterizar a natureza de cada modalidade de poder político, os aparelhos em que se dá seu exercício e os laços, constantemente refeitos, pelos quais os poderes econômico e social circunscrevem as decisões políticas” (DANIEL, 1988, p. 33).

Sobre o poder político, Castro (2005, p. 194) observa que:

Esta é a instância que tem a capacidade de abrir e de construir um verdadeiro espaço público, um lugar de deliberação mais ou menos grande e transparente; ele exerce sem a justificação de uma superioridade essencial, mas pelo consentimento coletivo mínimo (sem o qual ele tende a se dissolver) e visa a um certo bem comum e não ao único bem privado daquele que o exerce.

Porém, segundo Daniel (1988, p. 28) “[...] o poder político local, no âmbito de sua autonomia relativa, exerce suas atribuições tendo em conta as relações estabelecidas com a sociedade e, em especial, com outras modalidades de poder disseminadas na sociedade”.

Para se discutir o poder político local se faz necessário abordar o tema poder local, mesmo que, na prática, eles dificilmente possam ser separados. Para isso se faz necessário compreender, junto a estes, o poder econômico local, que é expresso:

[...] no conjunto dos setores capitalistas cuja lucratividade depende dessas ações de regulamentação e de produção levadas a efeito pelo poder político local. Tais setores buscam influenciar as decisões políticas municipais com o intuito de maximizar lucros e viabilizar a reprodução desse capital. (DANIEL, 1988, p. 28)

Outra forma de poder considerado é o poder social que se caracteriza em “múltiplas expressões sociais de poder” (DANIEL, 1988, p. 30), que pode ser exemplificado nas elites locais ou pelos movimentos sociais.

Em relação aos conceitos de político ou de política, faz-se necessária, até mesmo pelos raros trabalhos de geógrafos sobre os mesmos, uma pesquisa mais aprofundada para compreender o seu papel junto aos estudos da ciência geográfica, bem como ampliar a busca do entendimento sobre a forma como os atores produzem o território tendo como fio condutor a ideia que “o território é um espaço definido por e a partir das relações de poder” (SOUZA, 2006, p. 111).

3 ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO DOS PROCESSOS ELEITORAIS E DO PODER POLÍTICO LOCAL EM IRATI-PR

Para essa sequência, a síntese do processo histórico político iratiense foi utilizada como fonte de dados as informações fornecidas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE), bem como uma análise empírica construída em entrevistas informais com alguns atores que participaram ativamente da vida política local.

Na eleição de 1982, o que mais chamou a atenção foi o grande número de atores que disputaram o poder político local (do mesmo partido e de outros, por esse motivo ocorreu uma somatória dos votos dos candidatos por partidos sendo eleito o mais votado dentro da própria legenda). Além desse detalhe, foi também caracterizada pela apresentação do Partido dos Trabalhadores (PT) como participante do espaço político iratiense. Para a pesquisa, cabe salientar que um aspecto importante é o fato de que nesse pleito

apresentaram-se ao cenário político os atores que fizeram a história político-partidária de Irati no período proposto para a análise.

Dentre esses nomes destacam-se: Antonio “TOTI” Colaço Vaz (segundo o candidato, pelo eleitorado conhecê-lo mais como TOTI, o mesmo veio inserir o apelido junto ao nome), Alfredo Van Der Neut e Felipe Lucas, todos do PMDB. Tem início o processo de dicotomia política entre os “Pés Vermelhos” (PMDB), mais vinculados às camadas populares, e os “Mãos Brancas” (PDS e PTB), mais vinculados à elite local. Nesse pleito, os vencedores foram Antonio TOTI Colaço Vaz (prefeito) e Alfredo Van Der Neut (vice-prefeito), com mandato que durou seis anos.

Na eleição seguinte, Alfredo Van Der Neut, vice-prefeito no mandato anterior, ganha a disputa, principalmente com os votos oriundos da área rural do município. Esse fato ocorreu pelo trabalho desenvolvido no mandato de Antonio TOTI Colaço Vaz que priorizou o atendimento ao colono. A característica principal dessa eleição foi um menor número de candidatos e o surgimento das coligações político-partidárias e a formação dos grupos políticos.

Após dez anos no poder, no pleito de 1992, os “Pés Vermelhos” são derrotados por uma grande diferença de votos. Antonio TOTI Colaço Vaz, por sua vez, estava deputado estadual pelo PMDB. Ao assumir o poder, Felipe Lucas, nesse momento filiado no PDT, inicia uma investigação nas contas da prefeitura e acusa o ex-prefeito Alfredo Van Der Neut, de corrupção. Inicia-se, então, um conflito entre esses atores que perdura até recentemente, nas eleições de 2008. Durante o mandato de Felipe Lucas, o mesmo demite inúmeros funcionários causando uma série de processos contra o poder público.

A eleição de 1996 ficou conhecida como a “eleição da discórdia”. Esse fato ocorreu pela forte disputa entre os dois grupos políticos. Antonio TOTI Colaço Vaz, então deputado estadual pelo segundo mandato consecutivo, volta a disputar a prefeitura pelo fato de Alfredo Van Der Neut estar inelegível pela justiça eleitoral em razão de acusações

impetradas por Felipe Lucas estarem em Trâmite processual. Porém, no início da campanha, enquanto Alfredo ainda se colocava como candidato, TOTI se pronuncia na rádio Difusora (de sua propriedade) apoiando a candidatura de Alfredo Van Der Neut e Sergio Gomes. O grande embate começa quando TOTI se coloca como candidato, depois que Alfredo desiste de concorrer e a coligação adversária protocola pedido de impugnação de candidatura pelo novo candidato ter se pronunciado no rádio dentro do período eleitoral.

TOTI, nesta eleição de 1996, tem sua candidatura impugnada, contudo, apoiado pelo deputado federal Paulo Cordeiro (Iratiense e ex-presidente da antiga Telepar), consegue uma liminar e disputa a eleição “sub júdice”. Dessa forma, ganha a eleição, mas logo em seguida, na escala federal, é cassado pelo tribunal em Brasília por ter infringido a lei eleitoral. Determina-se, então, uma nova eleição no mesmo ano. Esse fato aumentou ainda mais a disputa entre as coligações e esse embate transcende a esfera política e vai para as ruas. Naquele momento, a população fica dividida, fato esse que proporciona um grande número de conflitos, como debates acirrados em conversas, discussões entre cabos eleitorais de ambas as partes, perturbação do sossego pelo fato de inúmeras noites de vigia para se coibir compra de votos, etc.

Para concorrer contra a chapa Rodrigo/Sergio, os “Pés Vermelhos” colocam a frente o nome do Médico e vereador Ladislau Obrizut Neto (PTB) e como vice o empresário Germano Strasmann (Presidente do PMDB local). Como já era esperado, o resultado foi extremamente equilibrado. Por este motivo os eleitores dessa coligação comemoraram duas vezes a vitória, ou seja, num primeiro momento se deu a vitória a Ladislau, mas em seguida, conclui-se que o poder político local continuaria a ser representado pelos “mãos brancas” representados por Rodrigo Hilgemberg (vice-Prefeito no mandato anterior) e Sergio Stoklos (vereador no mandato anterior). Esse resultado acirrou ainda mais a divisão política local.

O pleito de 2000 transcorreu de forma mais amena se pensarmos na disputa por votos em si. Antonio TOTI Colaço Vaz concorre novamente a prefeito e vence, o candidato a vice-prefeito foi Orlando Agulham Junior. O grupo político adversário, liderado por Felipe Lucas, buscou ofuscar a candidatura durante o pleito alegando que o mesmo poderia ser cassado novamente, fato esse que não ocorreu. Assim, entende-se o forte poder que este ator político possui junto ao eleitorado iratiense. Porém, este, dois anos antes, não conseguiu se reeleger deputado estadual e chegar ao terceiro mandato. Fato interessante nessa eleição foi o crescimento marcante dos votos do PT que até então tinha uma discreta participação nas eleições municipais, e passa-se a especular, entre os eleitores e membros partidários, que tal evento demonstrava que o eleitor iniciava uma rejeição contra a forma como a política local vinha se desenvolvendo. Após essa derrota, Felipe se lança deputado estadual e fica como suplente pelo PPS.

O ponto marcante, em 2004, foi a renovação dos postulantes, surgindo como “novos” atores Antonio Filipus que participou da eleição pelo PSDB, e Jorge Derbly, oriundo do PMDB. Sérgio Stoklos, do PSB, consolida tranquila vitória. Tem início, então, o desmembramento entre os “Pés Vermelhos”. Orlando Agulham (agora no PSDB) se retira e busca concorrer de forma isolada, fator esse determinante para a divisão de votos que elegeu Sergio com considerável margem de votos. Marisa Lucas, esposa do então deputado estadual Felipe Lucas, agora no PPS, surge também no cenário político, como vice-prefeita no mandato de Sérgio Stoklos.

Com o apoio do governo do Estado e do deputado estadual Felipe Lucas, Sérgio vence de maneira fácil a eleição de 2008. O marco dessa eleição é o grande número de partidos político que fazem parte da coligação em torno do nome de Sergio e Marisa, ocasionando dessa forma, uma diferente composição no grupo político local de Irati. Antigos desafetos se unem nesse momento.

O discurso nessa campanha é o do continuísmo das obras e da melhoria da infraestrutura local em prol do crescimento do

município, para esse mandato, foi mantida a maior parte da equipe administrativa. Outro fato a ser destacado nessa eleição é a consolidação do filho do deputado Felipe Lucas e da vice-prefeita Marisa Lucas como vereador municipal.

Tabela 1: Resultados eleitorais por partidos (1988-2008).

Eleição	1988	1992	1996*	2000	2004	2008
Partido	votos	votos	votos	votos	votos	votos
PMDB	11.348	7.638	13.755	12.456	8.651	9.483
PDS						
PTB	9.315					
PT	1.373		941	8.042	4.763	
PDT		17.425	12.197			
PFL						
PPS				8.458		
PSB					12.979	22.932

Fonte: <http://www.trepr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

Org.: RIGONI, Emerson, 2009.

* Eleição anulada, pois TOTI teve sua candidatura cassada, houve nova eleição com Rodrigo Hilgemberg/Sergio Stoklos – PFL eleitos.

Tabela 2: Resultados eleitorais por candidatos (1988-2008).

Ano	Prefeito/Vice	Partidos	Votos
1988	Alfredo Van Der Neut/Pedro Vantropa	PMDB	11.348
1992	Felipe Lucas/Rodrigo Hilgemberg	PDT/PFL	17.425
1996*	Antonio "TOTI" Colaço Vaz/Orlando Agulham Jr	PMDB/PSDB	13.755
2000	Antonio "TOTI" Colaço Vaz/Orlando Agulham Jr	PMDB/PSDB	12.456
2004	Sergio Stoklos/Marisa Lucas	PSB/PPS	12.979
2008	Sergio Stoklos/Marisa Lucas	PSB/PPS	22.938

Fonte: <http://www.trepr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>

Org.: RIGONI, Emerson, 2009.

* Eleição anulada, pois TOTI teve sua posse impugnada, houve nova eleição com Rodrigo Hilgemberg/Sergio Stoklos – PFL eleitos.

A apresentação dos atores e dos grupos políticos, a partir de 1982, permitiu compreender o surgimento dos atores que construíram a histórica política de Irati, bem como os momentos de adesão e de dilaceração dos mesmos.

4 CONCLUSÕES

Com a discussão da política na Geografia e suas relações com os grupos de

poder local na cidade de Irati – PR objetivou-se desenvolver um balizamento para melhor compreender a forma como a política local se desenvolveu no período de 1988 a 2008, ou seja, entendeu-se ser necessário permear por algumas discussões em torno da política e do poder local.

Evidenciou-se a partir dos breves relatos sobre o poder local e o poder político local uma inter-relação entre estes. Compreende-se que o poder está presente nas relações e que o poder local, geralmente expresso no poder econômico, via de regra, representado pelas elites dominantes, possui forte influência no poder político local pelas relações entre esses atores, caracterizando então, grupos que buscam conquistar e/ou manter o poder.

Ao observar as ações impostas pelos grupos políticos locais, por meio do recorte temporal proposto, notou-se uma relação conflituosa entre os mesmos, nos períodos eleitorais de 1992, 1996 e 2000, e relações mais amenas, nos períodos que compreende as eleições de 1988 e 2004.

No pleito de 2008, observou-se uma nova composição político-partidária o que acarreta em novas formas de relações entre os atores e grupos. Ficou evidente a união e a dilaceração dos grupos em diferentes épocas.

Contudo, nesse mesmo ano, entende-se a formação de um domínio familiar em torno do poder político local expresso nas conquistas da família Lucas, tendo Felipe Lucas como deputado estadual, Marisa Lucas como vice-Prefeita e Rafael Felipe Lucas como vereador.

Evidenciou-se assim que elites locais, econômicas e políticas, em diferentes momentos, buscaram a manutenção e a conquista do poder lançando mão de várias estratégias.

Esse breve trabalho sobre o contexto histórico do desenvolvimento político local, pela sua dinâmica e pela sua especificidade no seu desenvolvimento, bem como em suas relações, apresenta ainda muitas inquietações que precisam ser respondidas aprofundando, ainda, mais este trabalho buscando compreender a ação dos diversos atores que compõe esses grupos políticos e econômicos

cujos objetivos são determinar os rumos da cidade.

NOTAS

¹A utilização da palavra grupo deve ser entendida no sentido de que as articulações político-econômicas, além de se realizarem entre partidos políticos, se realizam também entre estes e empresas, entre estes e instituições públicas etc. Nesse sentido, o grupo político ou político-econômico, de forma geral, não está sendo trabalhado como um agregado que tem vida própria, que se apresenta em um todo a partir de tradições, valores, bens materiais. Aqui, eles se constituem mais como uma vinculação para cumprir determinado interesse ou objetivo comum e, após o cumprimento desses, muitas vezes se desfaz (SILVA, 2005).

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norbert et al. **Dicionário de política**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2008. v. 1-2.
- CASTRO, Iná E. de. **Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CARNEIRO, Maria C. R.; SILVA, Hélio. **Preâmbulo de uma nova era: 1979-1989**. 3 ed. São Paulo: Ed. Brasil 21, 2004.
- _____. **O governo Collor: 1990 – 1994**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasil 21, 2004.
- _____. **O governo Fernando Henrique: 1995 – 1998**. 3. ed. São Paulo: Ed. Brasil 21, 2004.
- DANIEL, Celso. Poder local no Brasil urbano. **Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v.8, n. 24, 1988.
- DAVIDOVICH, Fany. Poder local e município, algumas considerações. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, abr/jun., n. 2, 1991.
- DAWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- FARIA, Eneas. SEBASTIANI, Sylvio. **Governadores do Paraná: “A história por quem construiu a história”**. Curitiba: Sistani, 1997.
- FISCHER, Tânia. O poder local no Brasil: temas de pesquisa e desafios da transição. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, abr/jun., n. 2, 1991.
- HENRIQUES, Mendo Castro. Aristóteles. In: **Política texto integral**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- MILLS, C. Wright. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamentúnico à consciência universal**. 16. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.
- SILVA, Márcia da. **Territórios Conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná**. Tese. (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente, 2005.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território. In: CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA. Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia: Conceitos e Temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- TRE. Resultados das eleições. Disponível em <<http://www.tre-pr.jus.br/internet2/tre/index.jsp>> Acesso em 25 mai. 2009.
- VAINER. Carlos B. As escala do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Cadernos IPPUR/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1., jan/abr 2002.
- VANALLI, T. R. (Org.) **Apostila de normalização documentária (com base nas normas da ABNT)**. Presidente Prudente: UNESP, 2005.

Data de submissão: 17.03.2010

Data de aceite: 24.07.2012

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.